

e astrônomo, como Ministro da Fazenda de Napoleão Bonaparte, foi o maior fracasso, servindo como exemplo de que o homem de ciência é quase sempre um péssimo executivo.

O grupo acadêmico da área da Economia, quase sempre cartesiano em seu enfoque e por raciocinar através de constructos e conceitos teóricos com alto grau de subjetividade — meras aproximações da realidade — é levado a criar arquétipos insuficientes para abranger todos os aspectos do fenômeno e muito menos gerar e protagonizar procedimentos de intervenção eficazes e prática na realidade.

Nenhum plano econômico alcançará, no Brasil, os fins colimados, se não considerar em seus parâmetros o processo dialético resultante do choque de interesses e de soluções antagônicas entre o capital rural e o capital industrial brasileiro que se traduz mais nitidamente na própria composição do Congresso Nacional. Terá que considerar na esfera do Capital rural a coexistência e choque da propriedade rural explorada em princípios capitalistas e a propriedade rural de cunho anti-social, trazendo em seu âmago as formas mais espúrias de relações sociais.

Na esfera do capital industrial há que se explicitar o choque entre os interesses das empresas multi-internacionais e o interesse do empresário nacional.

A formulação do planejamento econômico antes de considerar quaisquer índices quantitativos ou metas a serem alcançados deverá considerar o longo hiato político-partidário por que passou a sociedade brasileira e que, no momento de sua emergência e institucionalização, o fez em total descompasso com a realidade atual do processo histórico em que vive a nação.

Processo histórico brasileiro esse que, em sua dinâmica, flui com tal rapidez que as elites político-partidárias, acadêmicas e empresariais têm sido incapazes de captar, atualizar e incorporar historicamente de forma sistematizada o novo que dele emerge e vir a servir de vetores de mudança adaptativa que não venha se exaurir numa simples modernização, porém num pleno desenvolvimento.

A elite político-partidária ainda não foi capaz de institucionalizar partidos densos ideológica e programaticamente que representem os vários segmentos da sociedade nacional.

Aos nossos partidos tem faltado coerência doutrinária e vivem eles numa pobreza franciscana no que tange à presença de ideólogos com capacidade de analisar a dinâmica e as várias etapas em que se desdobra o processo histórico brasileiro e as suas decorrências na economia e na estrutura do poder.

No momento em que os nossos economistas formulam seus planos dentro de uma visão eurocêntrica de ação, comumente, deixam de considerar os aspectos sócio-culturais e psicológicos que irão condicionar a aceitação das transformações a serem operadas. E têm sido incapazes de criar condições para que surjam o espaço mental e psicológico assimiladores do processo de mudança proposto e oportunidade das medidas implementadas, limitando-se, então, a operar de forma estereotipada modelos que não resultaram como resurgências da realidade nacional.

Na medida em que os modelos idealizados diferem da realidade por serem aproximações dela e diferentes do mundo real, não passam de meras analogias ou caricaturas da realidade.

Os dois maiores males que os sucessivos governos militares ocasionaram ao país foram o impedimento da renovação do modelo político partidário e a mobilidade vertical ascendente dos economistas em nível de decisão governamental.

No Brasil dos governos militares e da dita Nova República, os ministérios incumbidos do

Alcir Cavalcanti - 05/1/91



A ministra Zélia Cardoso de Melo: nova imagem da economia

planejamento e da economia se arvoraram, ou se erigiram em árbitros da vida nacional em detrimento dos demais ministérios. Passaram por isto mesmo a se constituir no sol em volta do qual, como planetas e satélites, giram, sem luz própria, a educação, a saúde, os transportes, a infraestrutura, o comércio, as relações exteriores e até mesmo as forças armadas.

Corifeus da nova ordem, os economistas, acolitados pelo binômio militares/burocratas, elevaram ao nível de dogma as noções de eficiência, produtividade e rentabilidade, estabelecendo um novo axioma para regular a vida social; o que é eficaz é moralmente válido.

A ação dos economistas com o seu jargão ou patoá quase totalmente hermético procura substituir a classe política na formulação e concepção da vida nacional. Se até a eclosão e implantação dos governos militares, em abril de 1964, podia-se visualizar a existência ainda que tímida de uma elite política de vanguarda que procurava

fixar e balizar as metas e objetivos da vida nacional e esboçava uma política de reforma de bases, hoje as vanguardas e lideranças, quer de esquerda, centro-esquerda, ou centro, parecem haver perdido a capacidade de gerar idéias e serem as delineadoras da vida política e sócio-cultural do país.

Os economistas egressos de quantos matizes ideológicos em que se pulverizou a esquerda brasileira, junto com uma plêiade de jovens acadêmicos "made" em Harvard, Chicago, Berkley, Stanford, Oxford, Yale ou nas nossas Universidades terceiro-mundistas, substituiriam a classe política e se monopolizaram como delineadores do processo brasileiro.

Juscelino Kubitschek, em uma de suas entrevistas, respondendo a uma das perguntas do jornalista que o inquiria, explicou que jamais colocaria técnicos ou especialistas como ministros porque lhes faltaria a sensibilidade social que sobrava nos políticos, reservar-lhes-ia, entretanto, o nível de assessores. Usou o talento e a superior capacidade de Roberto Campos para elaborar o Plano de Metas e a criação do BNDE, mas jamais o fez ministro, e o próprio embaixador Roberto Campos, após exercer um mandato de senador, em feliz autocritica, reconheceu que como político passou a ver a realidade em sua verdadeira grandeza e aguçou a sua sensibilidade para os vários problemas da sociedade brasileira.

O açodamento da equipe econômica com a implantação de uma política de privatização, liberalização das importações, inflitando para um neoliberalismo ressuscitado no plano internacional nos levará, inexorável e definitivamente, dentro da divisão internacional do trabalho à condição de "proletariado internacional".

Do mesmo modo, o abandono abrupto da proteção de setores de importância para a segurança do estado, a ausência de projetos de financiamento que nos dêem acesso às pesquisas básicas e a de aplicação tecnológica.

Os burocratas e economistas na esfera governamental nunca se responsabilizam com os resultados de seus empreendimentos e quando falham os planos por eles elaborados vão cantar em outra paróquia, ou abrir escritórios de consultoria. Em sua maioria são metabolizados por nossas grandes empresas, ou passam a críticos dos novos planos que seus irmãos de opa vão implantar em sua substituição.

Chegaria às raias do ridículo, se não fosse triste e melancólico, vermos os encontros de economistas em seminários, congressos e alguns outros eventos, ex-ministros, secretários de governo, PhDs, empresários, banqueiros e professores a debater planos e diretrizes econômicas e financeiras de seus colegas no governo sem jamais concordarem com as soluções implementadas. Masoquisticamente se comportam como torcidas organizadas de futebol e, quando seus times perdem, pedem a cabeça do técnico.

Valeria lembrar aos nossos economistas que Clemenceau, num de seus famosos discursos na Conferência de Paz em Paris, deparando à saída com uma mulher sofrida do povo, lhe perguntou se havia gostado do que dissera. Ela, na sua rudeza, retrucou-lhe céptica: — Monsieur, o povo terá mais pão?

**Corifeus da nova ordem,
nossos economistas
elevaram ao nível de
dogma a noção de
eficiência, decidindo
que o que é eficaz se
torna moralmente válido**

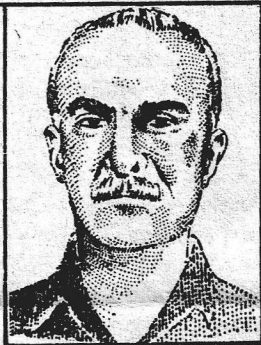
JORNAL DO BRASIL

Corifeus da eficiência

17 MAR 1991

Os economistas atuam, no Brasil de hoje, como uma seita que pretende salvar o mundo pela matemática

Wilson Choeri



Renomado estadista europeu, ao analisar os aspectos políticos e geopolíticos que envolviam a 1ª Guerra Mundial, transcendendo suas preocupações além dos conceitos da estratégia e da tática desenvolvidas pelos Estados Maiores Militares, deu curso à famosa frase que se difundiu amplamente, fundamentada em Clausewitz: "A guerra é um assunto muito sério e complexo para ficar entregue somente nas mãos dos generais". A 2ª Guerra Mundial, quer no teatro europeu quer no asiático, nos seus variados desdobramentos, mostrou a prevalência da ação política e geopolítica sobre a vontade militar. Sem desejar parodiar o conceito de Clemenceau, poderíamos dizer que a Economia é assunto muito sério para ficar entregue exclusivamente às mãos dos economistas. Por mais profunda e densa que seja a formação acadêmica deles, falta-lhes a dimensão dos aspectos políticos e sócio-culturais ao formularem suas hipóteses de trabalho.

Esta dimensão, que existiu no passado da ciência econômica, se perdeu no momento em que a Economia deixou de ser uma ciência sócio-política para se transformar em pretensa ciência paramatemática.

Hoje, os economistas imaginam que, através de modelos matemático-estatísticos e lançando mão de equações diferenciais e cálculo matricial mascarados em econometria, podem resolver questões decorrentes de fenômenos que, em sua essência, são sociais e densos de conotações político-culturais.

Seriam mais cautelosos no emprego das matemáticas se acolhessem o que Bertrand Russell disse sobre as mesmas: "Na Matemática não se sabe se o que se diz é certo", ou ainda, a frase lapidar de Einstein, "Os enunciados matemáticos, enquanto se referem à realidade não são certos e enquanto são verdadeiros não têm

nada que ver com a realidade".

Esquecem, muitas vezes, que junto com a causa principal que envolve ou determina a existência do fato em estudo, no campo das ciências sociais atua um complexo de causas acidentais e aleatórias, tornando quase impraticável a explicitação de leis.

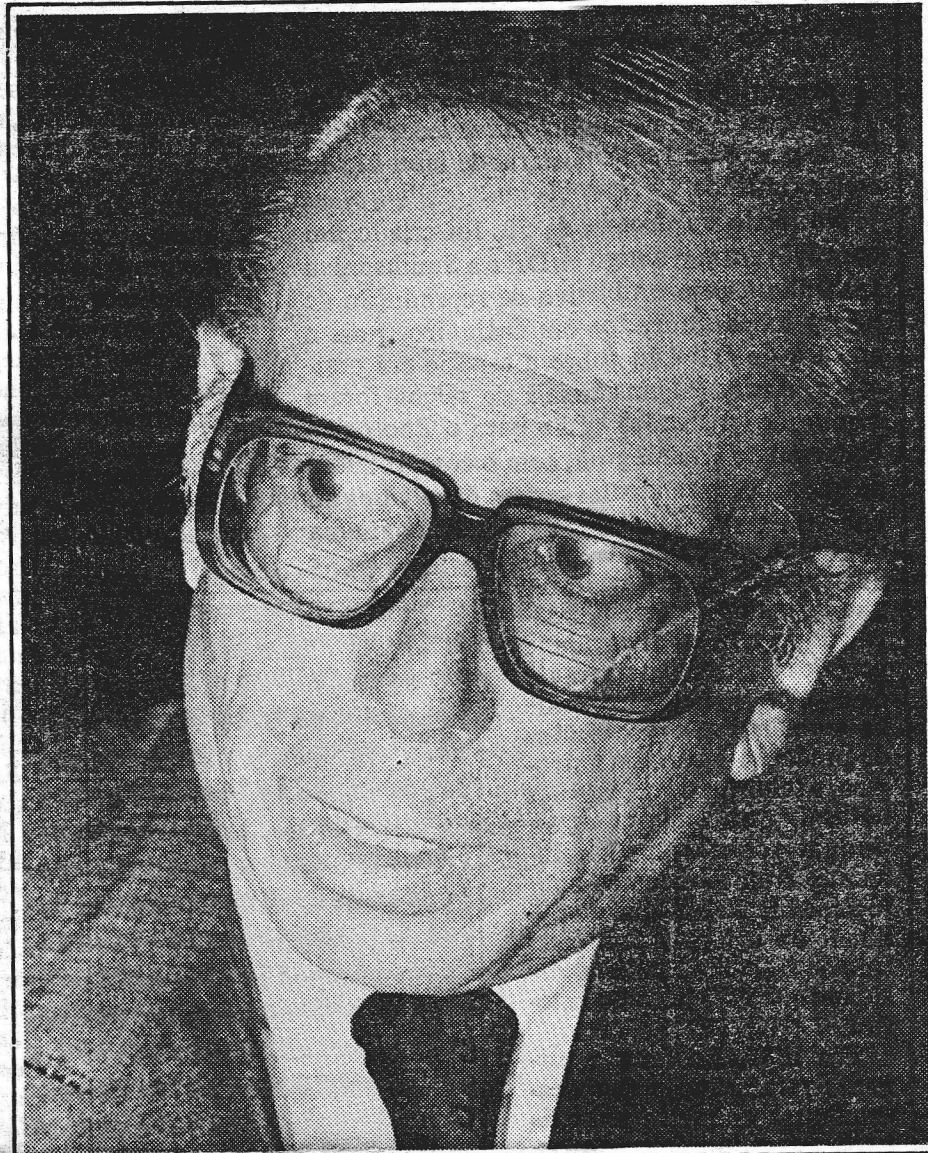
Os fatos ou fenômenos sociais são fenômenos coletivos, de multidão ou randômicos, e os modelos que visam explicá-los, são sempre limitados. Tais modelos são sempre uma estruturação simplificada da realidade, são aproximações sucessivas e altamente subjetivas, por não considerarem ou não incluírem todas as observações ou medições associadas que possam mascarar ou deformar a realidade. A seletividade das observações, em face da elevada subjetividade de que se reveste, leva-nos a admitir que os modelos têm níveis variáveis de probabilidade e um alcance limitado dentro do campo em que são aplicados.

Nossos economistas, na tentativa de equacionar e procurar resolver os problemas advindos das distorções econômico-financeiros por que passa a sociedade brasileira, com maior ênfase na inflação, esquecem, na aplicação de seus modelos econométricos, de analisar, antes de adotá-los, o processo histórico cultural (no sentido antropológico da palavra) ao longo de seu fluxo e as decorrências sócio-políticas que dele emergem.

Tanto é que vivem oscilando pendularmente entre as teorias de Keynes, Schumpeter, Perroux, Boudeville, Fridman e tantos outros, pouco atentos a que o excesso de teorias para explicar um fenômeno é pobreza de conhecimentos. Por isso, tentam ajustar modelos gerados com êxito em sociedades em nível de desenvolvimento científico e tecnológico pós-industrial, sem considerarem o processo histórico-cultural brasileiro ou sem se darem ao trabalho de fazer a redução sociológica à realidade da sociedade brasileira que vive, em seu espaço sócio-econômico, tempos históricos e sociológicos diferentes.

Caberia aqui uma pergunta: por que o Plano Cruzado (em todos os seus desdobramentos), o Plano Bresser e o Plano Collor não atingiram as metas propostas, apesar do brilho acadêmico de seus planejadores?

Dirão os "idiotas da



Roberto Campos foi, sob JK, um técnico que não foi ministro

objetividade" que aos dois primeiros faltou o pulso forte do Presidente da República e determinação governamental na sua execução e a equipe do executivo se deixou envolver por razões de conveniência eleitoral e partidária.

É muito pouco como explicação...

E o Plano Collor, que tem por trás de si um Presidente determinado e eleito por expressiva maioria eleitoral e está sendo executado por equipe de economistas com todo o apoio presidencial, além de academicamente possuir toda a sorte de titulação de além e aquém mar, porque ainda não alcançou os resultados esperados ou pífios?

Nenhum plano econômico poderá atingir níveis de eficácia, produtividade e efetividade enquanto for dirigido só por economistas meramente imbuídos de princípios acadêmicos e tendo como orientação e parâmetros modelos matemático-estatísticos e econométricos gerados em sociedades com características sócio-culturais

diferentes da nossa e vivendo em outro tempo histórico, transplantados sem a devida redução política e cultural aos espaços econômicos, mental e psicológico brasileiro.

Jamais os notáveis valores acadêmico-universitários, quando alçados à esfera executiva, lograram êxito. Pierre Simon de Laplace, famoso matemático

Nossos economistas se esquecem, na aplicação de seus modelos econométricos, de levar em consideração o processo histórico e cultural brasileiro